



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

EUNICE GARCIA RAMOS DE FREITAS

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:
LIMITES E PERSPECTIVAS

CASTANHAL - PA

2019

EUNICE GARCIA RAMOS DE FREITAS

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:
LIMITES E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus Universitário de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Eula Regina Lima Nascimento.

CASTANHAL – PA

2019

EUNICE GARCIA RAMOS DE FREITAS

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL:
LIMITES E PERSPECTIVAS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dra Eula Regina Lima Nascimento
Orientadora

Prof. Msc. Luizete Cordovil Ferreira da Silva
Avaliadora

Prof. Dr. João Batista
Avaliador

Castanhal, 21 de Janeiro de 2019

Às crianças brasileiras
da Educação Infantil.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele eu não teria chegado até aqui. Muitos foram os desafios, mas com a ajuda desse Deus, Todo Poderoso, conseguir vencer todos os obstáculos que se puseram à minha frente.

Agradeço a minha família: Meu esposo Jucimar, por todo seu amor, cuidado, apoio, carinho e compreensão. Você me faz muito bem. Minha filha Iasmim que me alegra todos os dias com seu lindo sorriso e me inspira a vencer.

Meus pais Sadrak e Maria José que tanto apoiaram e investiram na realização desse sonho. Assim como meus irmãos Edson, Edivaldo, Edivani e Erik.

Minha família Torceu por mim, lutou comigo e hoje fazem participam dessa vitória. Concluí o curso e me tornei o primeiro membro da família a se formar em nível superior. Devo tudo isso a vocês, meus amores.

Agradeço a elegantíssima Professora Eula que mesmo com tantas responsabilidades a cumprir na Faculdade de pedagogia arranhou um tempo pra me ajudar na orientação do TCC. Quem lhe vê pensa que você não tem nenhum problema na vida, pois sempre nos recebe com um belo sorriso e palavras doces. Muito obrigado.

Agradeço também a professora Luizete Cordovil que dispôs de seu precioso tempo para avaliar este trabalho. Sei que não é fácil conciliar as várias atribuições que seu cargo exige. Por isso sou muito grata a você, por sua gentileza e atenção.

Não posso esquecer a minha turma de Pedagogia 2009/Intensivo. Certamente sou a última da turma a se formar. Foram tantos momentos bons e conflitantes com esta turma, que dá saudade. Agradeço a meus colegas de equipe: Cristina Ramos, Márcia Almeida, Thayná Sousa, Esloane Romário, Rita e Joyce Vasconcelos.

Agradeço a cada professor que passou por esta turma. Cada ensino construído entre professores e alunos fez toda diferença na minha graduação. Se não fosse pelos professores não haveria essa formação. Vocês são muito especiais e sempre serei grata por cada palavra, cada gesto e cada conselho.

Meus sinceros agradecimentos a todos.

RESUMO

O presente trabalho surge com o objetivo de investigar a Educação Infantil a partir de uma pesquisa bibliográfica. Permeando seu contexto histórico no Brasil e no mundo, conhecendo sua origem bem como os processos evolutivos que se baseiam em lutas que resultaram em grandes conquistas como a que foi adquirida na esfera legislativa. Nesse cenário destacamos a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, que trouxeram avanços que há tempos eram esperados pela Educação Infantil. Aborda também os desafios que hoje ainda temos que enfrentar em busca da Educação Infantil com qualidade a partir de uma análise do atual Plano Nacional da Educação- PNE 2014-2024, atentando para o andamento de cada estratégia através do Observatório do PNE. Os resultados desta pesquisa sinalizam que por muitas décadas a Educação Infantil viveu num descaso governamental, mas que através de lutas de educadores e de movimentos sociais vem recebendo seu devido reconhecimento.

Palavras-chave: Educação Infantil. Conquistas. Desafios.

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
CAPES- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CBPI- Congresso Brasileiro de Proteção a Infância
CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DC- Departamento de Cultura
DEED- Diretoria de Estatísticas Educacionais
DNCr- Departamento Nacional da Criança
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
FTM- Fundamentos Teóricos e Metodológicos
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC- Ministério da Educação
ONGs- Organizações Não Governamentais
PNE- Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O ONTEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
1.1 NO BRASIL.....	14
2 CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESFERA LEGISLATIVA.....	20
2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	20
2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	21
2.3 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)	23
3 PNE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL HOJE.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Por que devemos centrar a atenção nos primeiros anos? Uma das razões é o acúmulo de evidências que indicam que a experiência de uma criança nesse período traz profundas consequências para o restante de sua vida (MELHUIISH, 2013).

O decorrer da história da Educação Infantil especialmente no Brasil nos mostra uma série de acontecimentos que por diversos motivos não são notórios. Nos cursos de Pedagogia, por exemplo, nos deparamos com apenas partes destes acontecimentos e isso se dá em decorrência do modo de estudos que temos: muito conteúdo num pequeno espaço de tempo. Sabemos que o fato de não tomarmos conhecimento de todo o conteúdo que envolve o curso é comum a todos os outros cursos, até mesmo porque não é algo simples de se fazer, ou podemos até dizer que é impossível, pois os conteúdos são inesgotáveis e se assim fosse os anos de cursos de nível superior teriam que ser aumentados. Portanto, entendamos que se há algum assunto específico que em comparação aos demais se sobressai ao nosso olhar, cabe aos próprios alunos buscar o aprofundamento, pois só assim teremos grande parte de nossas inquietações solucionadas. Esse foi o caminho que resolvemos seguir, o caminho da investigação teórica.

Durante o curso de pedagogia nossos olhos brilharam mais ao estudar a disciplina FTM da Educação Infantil, isso porque bem antes de iniciar o curso já havia um envolvimento com a área que correu a partir do momento que resolvemos aceitar a proposta de auxiliar no trabalho com crianças na igreja, ensinando canções para as reuniões e preceitos bíblicos. A partir de então o empenho por essa área de conhecimento se tornou cada vez maior, chegando ao ponto de optar pelo curso de Pedagogia, para tornar-se um profissional da área.

Acreditamos que um bom profissional deve possuir um acentuado entendimento do campo no qual estar inserido e um dos caminhos que nos levam a esse objetivo perpassam pela pesquisa bibliográfica, metodologia aqui utilizada, tendo em vista que a partir deste tipo de pesquisa podemos conhecer como tudo começou e nos levar a entender a evolução dos acontecimentos. É

muito fácil questionar o que acontece hoje sem ter noção do que aconteceu ontem. Para expormos uma opinião crítica sobre a Educação Infantil precisamos percorrer sua história, conhecendo seu processo evolutivo e em firmes fundamentos basear nosso julgamento.

Mediante estas considerações surge a necessidade de investigar a Educação infantil, percorrendo sua construção, seus avanços, retrocessos, conquistas..., para assim possuir um embasamento teórico a respeito do assunto que tanto nos trás fascínio. Neste contexto, esta pesquisa pretende responder as seguintes questões: Qual o princípio da Educação Infantil no Brasil e no mundo? O que a Educação Infantil já conquistou durante sua caminhada? Quais os desafios atuais para a Educação Infantil?

Para isto dividimos o presente trabalho em três capítulos. O primeiro trata do contexto histórico da Educação Infantil no mundo, assim como também trata do específico caso do Brasil relatando os acontecimentos que se seguiram até a atual conjuntura. O segundo capítulo aponta as conquistas da Educação Infantil na esfera legislativa, que perpassa pela Constituição Brasileira de 1988, o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB. No terceiro capítulo fazemos menção do PNE- Plano Nacional da Educação apontando os desafios que estão postos no que se refere à Educação Infantil, e a partir do Observatório do PNE vamos de encontro ao andamento das estratégias estabelecidas para o cumprimento da meta de universalização da Educação Infantil.

Por fim apresentaremos as considerações finais que expõe os resultados obtidos na pesquisa que apontam o descaso do governo brasileiro em relação à Educação Infantil que por longas décadas se estendeu, provocando ações conjuntas da sociedade em prol da regulamentação desse atendimento, que resultou em muitas conquistas. Entretanto, percebemos o surgimento de novos desafios.

1 O ONTEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Percorrendo a história da Educação Infantil constatamos que ela se inicia na Europa, conforme relato de Paschoal e Machado (2009, p. 79):

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril, e, conseqüentemente, a substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocando toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos.

A história nos relata que há tempos atrás a mulher desempenhava apenas o papel de cuidar dos afazeres domésticos e cuidar do marido e dos filhos e nem do direito ao voto eleitoral esta dispunha, pois era considerada uma pessoa sem importância alguma para a sociedade, não era considerada nem cidadã. Portanto, enquanto o homem trabalhava fora, cabia a mulher cuidar e educar os filhos em casa, fato esse que se estendeu por longos anos da história de nossa sociedade, mas após a revolução industrial que trouxe com ela várias mudanças e avanços, houve também a falta de mão de obra que possibilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Desta feita, esta que outrora ficava em casa cuidando dos filhos, agora também sai para trabalhar e precisa de alguém ou um lugar que cuide e eduque seus filhos. Dessa forma surge a necessidade da existência de um local para deixar seus filhos para que a mãe de família possa ingressar no mercado de trabalho. Com a extrema necessidade de um local que atendesse os filhos das mães operárias, algumas mulheres conhecidas como mães mercenárias vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres ao invés de trabalharem nas fábricas. Mas, estas não eram suficientes para atender a todas as crianças e provavelmente nem todas as mães tinham condições de pagar as mães mercenárias.

Segundo Rizzo (2003, Apud PASCHOAL e MACHADO et al., 2009, p.):

Em função da crescente participação dos pais no trabalho das fábricas, fundições e minas de carvão, surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento das crianças. Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas.

De acordo com este relato, o mercado de trabalho expandia-se e a preocupação dos pais de ter um lugar onde deixar seus filhos também. Por conseguinte deu-se início a uma pequena formalização do atendimento as crianças sem muita instrução. As atividades desenvolvidas com as crianças nesses espaços eram apenas voltadas para a religiosidade e cantos, organizados por algumas mulheres das comunidades.

Posteriormente surgiram as primeiras instituições na Europa e Estados Unidos que tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. As creches, escolas, maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

Com o passar do tempo começaram a surgir instituições com uma visão para além do assistencialismo. Era o início de uma visão pedagógica, preocupada com o crescimento da criança em relação ao ensino formal. Um bom exemplo disto foi a “Escola de Principiantes” ou “Escola de Tricotar”, fundada pelo pastor Oberlin, em meados de 1769 na França criada para crianças de dois a seis anos de idade. Esse pastor criou apenas um programa de passeios, trabalhos manuais e histórias contadas com gravuras, que tinham como objetivo, por meio do trabalho de mulheres da comunidade, tomar conta de crianças, ensinando-lhes a ler a bíblia e a tricotar. De acordo com seus objetivos, nesses espaços, as crianças deveriam aprender diferentes habilidades, como adquirir hábitos de obediência, bondade, identificar as letras do alfabeto, pronunciar bem as palavras e assimilar noções de moral e religião.

A escola de Robert Owen, Instituto para Formação de Caráter criada no ano de 1816 em New Lanark, na Escócia também é um exemplo de instituição pensada na perspectiva pedagógica. Esta recebia crianças a partir de três anos de idade e se entendia a jovens de até vinte anos. Seu objetivo era trabalhar lições que abordavam a natureza, realizar exercícios de dança e de canto

coral. Era organizado em três níveis: o primeiro era a “Escola Infantil” para crianças de três a seis anos; o segundo atendia crianças de seis a dez anos e o terceiro era oferecido durante a noite que atendia alunos dos dez a vinte anos.

Há também relatos do Jardim de Infância criado por Froebel em 1837:

[...] Froebel (1782-1852) fundou, em 1837, o primeiro ambiente destinado à educação de crianças de zero a seis anos fora do lar: o kindergarten (Jardim de Infância), cujas práticas, diferentes das pertinentes às instituições assistenciais e das escolas tradicionais, deveriam orientar-se para os interesses e necessidades da criança e caracterizar-se pela cooperação, experimentação, ludicidade e liberdade. Para este fim, exigia-se a preparação de moças - as “jardineiras” - que integrassem, em suas condutas, sentimentos e atitudes de mãe, de quem seriam substitutas para as crianças. Para sua formação, empregava manuais com princípios da psicologia do desenvolvimento e de religião (ARCE, 2001 apud CARVALHO, CARVALHO, et al., [20--]).

Este pedagogo alemão teve uma considerável atuação como educador infantil, pois possibilitou às crianças de seu tempo experiências muito diferentes daquelas encontradas nas escolas tradicionais, provocou uma verdadeira revolução na educação das crianças.

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente da creche e do jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países.

Maria Montessori fundou no início do séc. XX, na Inglaterra a Casa dei Bambini que em português quer dizer Casa das Crianças realizando um trabalho voltado as crianças pobres de um bairro operário. Segundo Wajskop,(1994, p.94)Montessori juntamente comFroebel, contribuiu para a superação de uma visão tradicionalista do ensino pré-escolar, estabelecendo um período histórico onde as crianças passaram a ser respeitadas e compreendidas como seres vivos.

Melhuish (2013) comentou que ao longo dos anos o atendimento a crianças pequenas tem sido muito diferenciado ao redor do mundo, já que em alguns países, o cuidado com a criança é de responsabilidade do Estado, como na Suécia, por exemplo, que oferece serviços públicos de Educação e Cuidado da Criança Pequena (Ecec) de alta qualidade, por conseguinte em outros

países, a educação e os demais cuidados para a criança pequena são de foro privado e os serviços públicos são limitados.

1.1 NO BRASIL

As primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos no Brasil tiveram um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Mas, além do auxílio às mulheres, outros fatores contribuíram para que o atendimento as crianças se expandisse, conforme Rizzo (2003):

Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (Apud, PASCHOAL E MACHADO et. al., 2009, p. 37).

Nesse contexto, as pessoas bem posicionadas financeiramente passaram a investir em um local que acolhesse as crianças que eram abandonadas. Muitas dessas crianças eram filhos de mulheres da alta corte que os geravam sendo ainda solteiras, isto para a época era muito complicado, muito mais que hoje.

Em meio a este abandono de crianças em massa, surgiu a Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados, no período da escravidão no Brasil que consistia num mecanismo utilizado para abandonar os recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. O mecanismo era em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, construído de maneira que a mãe deixava seu bebê, rodava o cilindro 180 graus e não era vista por aquele que a recebia. Em São Paulo bastava a campainha soar no meio da noite para as freiras terem a certeza que mais uma criança havia sido abandonada.

Esse modelo de acolhimento ganhou inúmeros adeptos por toda a Europa, principalmente da igreja católica, a partir do século XVI. As primeiras

Santas Casas de Misericórdias da América Portuguesa que receberam a Roda dos Expostos foram as de Salvadorem 1726 e a do Rio de Janeiro em 1738. Por mais de um século a roda de expostos foi à única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil e, apesar dos movimentos contrários a essa instituição por parte de um segmento da sociedade, foi somente no século XX, já em meados de 1950, que o Brasil efetivamente extinguiu-a, sendo o último país a acabar com o sistema da roda dos enjeitados, em consequência de também ter sido último país a abolir a escravidão.

Entre os anos de 1900 a 1930, muitos operários das fábricas se organizaram e começaram a protestar contra as precárias condições de vida e de trabalho que levavam nas fábricas. Os empresários por sua vez, procurando enfraquecer os movimentos passaram a conceder algumas creches e escolas maternas para os filhos de operários. Nesse momento, alguns empresários começam a ver a questão das creches como uma forma de obtenção de lucros e assim começam a surgir no Brasil os jardins de infância particulares, que em 1875 foram fundados no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo.

Posteriormente entram em cena os jardins de infância públicos criados em Belo Horizonte no ano de 1908 e, no Rio de Janeiro no ano de 1909, mas embora fosse denominado de públicos o atendimento oferecido era destinado a crianças filhos de pais bem posicionados financeiramente, deixando a clientela de baixa renda sem o atendimento educacional para seus filhos.

Em 1922 realizou-se o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CDPI), que conforme Kuhlmann (1992, p.1) tinha por objetivo tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se referiam à criança seja do ponto de vista social, médico, pedagógico, higiênico em geral como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado.

Kuhlmann Junior (1992, p.2) afirma ainda que a educação adquiriu um espaço privilegiado aparecendo como um núcleo catalisador das propostas para a infância. Observando também que as questões educacionais eram encontradas em todas as seções do Congresso (Seção de Higiene, Assistência, Pedagogia, Sociologia e Legislação) com exceção da de Medicina Infantil.

No ano de 1935, o poeta brasileiro Mário de Andrade, se tornou um dos

idealizadores e diretor do Departamento de Cultura (DC) da prefeitura do município de São Paulo na gestão do prefeito Fábio Prado, quando criou, dentre tantos programas para a classe operária, os Parques Infantis que integravam o projeto governamental de educação não-escolar para as crianças pequenas de família operária de 3 a 12 anos. Sendo que as crianças de 7 a 12 anos freqüentavam os parques fora do horário escolar. Segundo Faria (1999):

Os parques infantis podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana (Faria 1995) – a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não-escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços e não em salas de aula. Lá produziam cultura e conviviam com a diversidade da cultura nacional, quando o cuidado e a educação não estavam antagonizados, e a educação, a assistência e a cultura estavam macunamicamente integradas, no tríptico objetivo parqueano: educar, assistir e recrear.

Conforme Faria (1999), os parques infantis foi uma superidéia que proporcionou a criança uma liberdade jamais vista. É sabido que a criança aprende mais e melhor quando pode se expressar num ambiente espaçoso que lhe permita movimentar-se, brincar, falar alto e conviver harmoniosamente com a natureza. Desta forma os parques infantis, ofereciam um ambiente onde a criança aprendia de maneira divertida e tinha suas necessidades atendidas.

A respeito da expansão dos parques infantis, Kuhlmann (2000, p. 9) se refere a ele dizendo que o parque infantil, na década de 1940, expandiu-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Recife e Rio Grande do Sul. Entendemos então que este projeto foi tão positivo para a Educação Infantil que provocou um alargamento para o interior e para diversas outras localidades do país, o que prova que esta havia sido uma excelente proposta pedagógica voltada a crianças pequenas bem como a outras faixas etárias.

Ainda no ano 1940 nos deparamos com a criação do Departamento Nacional da Criança. E para falar sobre ele contamos mais uma vez com a contribuição de Kuhlmann(2009, p. 8 e 9) que destaca alguns de seus feitos:

Entre outras atividades o DNCr encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos.

[...] Em 1942, o DNCr projeta uma instituição que reuniria todos os estabelecimentos em um só: a Casa da Criança. Em um grande prédio seriam agrupados a creche, a escola maternal, o jardim-de-infância, a escola primária, o parque infantil, o posto de puericultura e, possivelmente, um abrigo provisório para menores abandonados, além de um clube agrícola, para o ensino do uso da terra. Os médicos do DNCr não se ocuparam apenas da creche, mas de todo o sistema escolar, fazendo valer a presença da educação e da saúde no mesmo ministério, só desmembradas em 1953, quando o DNCr passa a integrar o Ministério da Saúde até o ano de 1970, quando é substituído pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil.

Neste sentido, o DNCr surge com o intuito de organizar o sistema educacional infantil, constituindo preceitos que iriam nortear o funcionamento das creches. Percebemos que este Departamento tinha mais interesse em gerar um atendimento médico do que pedagógico, já que seu corpo profissional era composto mais por médicos que educadores. Dois anos após sua implantação decidiu-se criar a Casa da Criança que reuniria todas as formas de atendimento as crianças em um só lugar. Passando a ter em suas mãos toda a esfera escolar, num intuito de promover educação e saúde ao mesmo tempo.

A década de 50 foi marcada por vários programas e campanhas de caráter médico-higiênico do Departamento Nacional da Criança que tinham como objetivo o combate a desnutrição, vacinação periódica e diversos trabalhos voltados para a proteção materno-infantil. Neste período se enfatizava a relação entre mãe e filho, afirmando que a creche poderia prejudicar o desenvolvimento da criança, o que transformava a creche em um mal necessário, já que as mães não podiam ficar em casa com as crianças, trazendo para muitas mães o sentimento de culpa. Esse momento da história também promoveu a criação de importantes instituições de assistencialismo como a LBA- Legião Brasileira de Assistência, UNICEF- Fundo das Nações Unidas pela Infância e a OMEP- Organização Mundial do Pré-escolar.

Em 1960, surgem os discursos a cerca da privação cultural, na qual só havia um modelo de criança, e esta era a que pertencia à classe média dotada de atitudes e conteúdos que não eram encontrados na criança de classes populares. Com esse discurso puramente preconceituoso, assim como nos Estados Unidos revolve-se implantar a educação compensatória, que segundo seu discurso buscava compensar as deficiências resultantes do ambiente pobre em que viviam as crianças da classe trabalhadora. A educação

compensatória visava resolver os problemas relacionados à saúde, nutrição, a família e até problemas de natureza emotiva, cognitiva e lingüística tão somente pela ação educativa, para fins de construir um modelo de criança com uma cultura padrão.

A partir da década de 70, ocorre uma fatura de movimentos sociais que dentre outras propostas, propõe a criação de uma creche mais afirmativa para a criança, a família e a sociedade. Em 1975, o Ministério de Educação e Cultura instituiu a Coordenação de Educação Pré-Escolar e, em 1977, foi criado o Projeto Casulo, vinculado à Legião Brasileira de Assistência (LBA) que atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e que tinha a intenção de proporcionar às mães tempo livre para poder ingressar no mercado de trabalho e, assim, elevar a renda familiar. A respeito desse período Ruiz (2001, p.8) declara que:

No final dos anos 1970 surgem as creches comunitárias, como uma forma de organização popular; que lutavam pelo direito de creche. Essa idéia é apropriada pelo Estado por ser uma alternativa de baixo custo, no intuito de aumentar o número de crianças atendidas em creches. A criação das chamadas creches comunitárias, creches domiciliares, mãe crecheira, creche familiar, entre outras denominações, ambos referem-se a um mesmo modo de guarda da criança pequena: uma mulher toma conta em sua própria casa, mediante o pagamento, de filhos de outras famílias, enquanto os pais trabalham fora. Porém, pela falta de estrutura das residências, do grande número de crianças atendidas e a precariedade das condições higiênicas e materiais, muitas das crianças morriam nesses ambientes.

Deste modo o aumento das reivindicações por creches públicas faz todo sentido. As creches comunitárias além de serem insuficientes, obrigava os pais a pagar por ela o que certamente provocava um grande desajuste financeiro na vida das pessoas pertencentes à classe trabalhadora. Todavia a questão mais agravante está no fato da não garantia de que no final do expediente do trabalho receberiam seus filhos de volta com vida, já que nesse contexto a taxa mortalidade infantil era alarmante.

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos

de higiene e alimentar a criança (DIDONET, 2001, p. 13 apud PASCHOAL, MACHADO, 2009, p.82).

Neste contexto, cabe recorrermos mais uma vez a Ruiz (2011, p.8) que nos trás o conhecimento a cerca do Movimento de Luta por Creches que se fazia urgente, vista que a creche era a única solução plausível que poderia trazer mais tranquilidade para a vida dos pais que não podiam largar seus empregos para cuidar dos filhos, visto que precisavam garantir a sobrevivência de suas famílias.

No Brasil, o Movimento de Luta por Creches foi oficialmente criado em 1979, como resolução do primeiro Congresso da Mulher Paulista. De acordo com Rosemberg (1989), a base de sustentação desse movimento eram mulheres operárias, que reivindicavam creches, para trabalharem fora por razões concretas, como o de aumentar a renda familiar.

Esse Movimento retrata outra vez os anseios da população por creches, que neste contexto firmou-se oficialmente no referido Congresso. Esse acontecimento começa a dar visibilidade a Educação Infantil concedendo-a um reconhecimento na esfera legislativa da sociedade brasileira. Desta feita, veremos a seguir que este foi apenas o início das grandes conquistas que ainda estavam por vir.

2 CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESFERA LEGISLATIVA

Na década de 80 houve uma movimentação em prol da Educação Infantil no âmbito legislativo, já que até então quase nada havia sido decidido concretamente, apenas houve medidas paliativas e provisórias para conter as reivindicações populares. Ainda neste período foram realizados pesquisas e estudos que buscavam discutir a função da Educação Infantil. A idéia de que a criança é importante independente de sua origem social passou a ser universal e em 1988 temos a criação da Constituição Federal Brasileira que definiu a creche e a pré-escola como direito da família e dever do estado.

2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Durante muito tempo a Educação Infantil no Brasil caminhou sem que houvesse uma política nacional que a amparasse, todavia em 1988 houve uma significativa mudança. Segundo Kramer (2006, p. 801, 802) “Pela primeira vez na história da educação brasileira foi formulada uma política nacional de Educação Infantil, processo desencadeado com a Constituição de 1988[...]”. E conforme Campos (2005, p. 12) “O documento que deu legitimidade à Educação Infantil foi a Constituição Federal, reescrita e promulgada em 1988, a partir da qual começou a ser reconhecida como direito fundamental da criança e como dever do Estado [...]”

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a partir do capítulo III trata da educação, da cultura e do desporto, separando as áreas em seções. Faremos menção da primeira seção que discorre a cerca da educação, da qual, destacamos alguns pontos. No artigo 205 a educação é anunciada como um direito de todos e dever do Estado e da família, sua promoção e incentivo será realizada em colaboração com a sociedade. Cremos que esta declaração possui um enorme significado. Significa que toda e qualquer pessoa pode estudar, a começar pelas nossas crianças que desde pequenas poderão contar com a lei para usufruir deste direito, o direito a

educação que a há tempos foi reivindicado.

O artigo 206 trata de alguns princípios que devem ser observados, como, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público e a garantia do padrão de qualidade que evidenciam que devem ser oferecidos ao educando os meios que se fizerem necessários para que este permaneça estudando gratuitamente recebendo um ensino de qualidade e que lhe proporcione a igualdade no exercício de seus direitos.

Segundo o artigo 208, inciso IV a Educação Infantil é um dever do Estado, e este deve garantir creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade. Este artigo especifica a Educação Infantil, coloca-a como uma das etapas da educação e afirma que a creche e a pré-escola devem ser direitos garantidos pelo Estado. Isso é muito válido, pois permite as famílias das crianças contarem como o ensino público deste cedo para seus filhos. Sendo que este atendimento deve ser estendido durante toda a educação básica, conforme afirma o inciso de número VII, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No parágrafo 2º do artigo 211 consta que os municípios é que terão a responsabilidade de ofertar o ensino fundamental e a Educação Infantil. Para esta oferta da educação acontecer é sabido que necessário é contarmos com os recursos financeiros, senão nada acontece. Neste sentido no artigo 212 encontramos a declaração de que a União deve aplicar anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo. Percebemos então, que o Estado tem firmado um compromisso com a educação brasileira num todo, especificando as ações que compreendem cada etapa da educação, possibilitando-a trilhar um caminho em direção a melhorias no atendimento educacional.

2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

De acordo com Campos (2005, p.12):

Em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe uma série de avanços esclarecendo sobre a qualidade e o tipo de tratamento que deve ser dado à infância e à adolescência.

Com o ECA, fica assegurado que todas as crianças e adolescentes têm direitos e deveres, os quais devem ser cumpridos e respeitados por força de lei.

Também ficou estabelecida a política de atendimento para todas as crianças do Brasil, e não somente às crianças carentes ou infratoras.

Nas disposições preliminares do ECA, que tem início no artigo 1º e encerra-se no 6º encontramos a apresentação do assunto que será abordado na Lei, possibilitando, desta maneira uma visão geral dos assuntos que serão mencionados ao longo do documento. Entre estes assuntos mencionamos a proteção integral à criança e ao adolescente, que denota a necessidade de ambos receberem total amparo em todas as áreas de suas vidas, neste contexto a criança é entendida como aquela pessoa até 12 anos de idade incompletos e o adolescente a pessoa entre 12 e 21 anos de idade. Esta também desfruta de direitos e deveres como qualquer outro cidadão brasileiro, pois “para a educação infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura [...]” (KRAMER, 1999).

Nesse sentido está assegurado por lei ou qualquer outro meio, oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com liberdade e dignidade, assim como os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, que também devem ser assegurados pela família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público com absoluta prioridade. Estas prioridades compreendem:

[...] a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (DIGIÁCOMO 2013, p.6)

Tendo em vista tais prioridades, ressaltamos que o exercício das ações da sociedade em geral deve levar em consideração primeiramente a criança e o adolescente, ou seja, em qualquer área ou circunstância deve-se dar toda importância a proteção à criança e ao adolescente.

Com relação à Educação Infantil, no inciso IV do artigo 54 há a referência do atendimento às crianças na creche e na pré-escola da idade de zero a cinco anos. Este direito reflete o que já consta na Constituição de 1988. Neste sentido, a educação oferecida às crianças deve visar o seu pleno desenvolvimento e prepará-la para o exercício da cidadania, que nos faz pensar numa Educação Infantil com base numa visão pedagógica para além do cumprimento de currículo. Que faça dos conteúdos apreendidos pela criança uma realidade na sua prática de vida diária. Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem reafirmar a necessidade de cuidados que a criança e o adolescente apresentam, seja do ponto de vista social, mental, cultural, moral, espiritual ou educacional. Estes devem ser protegidos sempre de toda e qualquer forma de abusos, tendo em vista que uma infância bem vivida resulta em bons frutos para a sociedade.

2.3 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

Sem dúvida a Lei nº 9.394, de 20 de Novembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é outra conquista da Educação Infantil sobre a qual comenta Campos (2005, p. 13):

Seguindo essa trajetória de avanços na Legislação, que garante os direitos das crianças, destaca-se na área da educação a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira (LDB), promulgada em 1996, sob nº 9.394/96, no Artigo 29, que coloca a Educação Infantil em seu patamar de importância social. O atendimento de crianças de 0 a 6 anos passa a chamar-se Educação Infantil, constitui-se como a primeira etapa da Educação Básica e tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Desta feita entendemos que a LDB entre outras coisas, veio dar nome

ao atendimento das crianças, denominando-o de Educação infantil, também segue esclarecendo que a educação das crianças pequenas deve ser oferecida como um complemento da ação educadora da família e da comunidade, o que trás a compreensão de que a família não deve deixar somente a cargo da escola o dever de educar, pois acreditamos que a primeira educação de um ser humano deve vir de casa, pautada em bons exemplos. Neste contexto, é importante destacar que esta lei elevou o grau de importância da Educação Infantil, fazendo-a indispensável para o bom andamento da sociedade.

Consta no inciso IV do 9º artigo, que a União esta incumbida de estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, as competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que devem nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, de maneira que haja uma formação básica comum. Conforme Mariza Abreu, Consultora Legislativa da Área XV: Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia em 2004.

Inversamente à legislação anterior, a LDB (art. 9º, IV) prevê o estabelecimento de competências e diretrizes nacionais para a educação infantil. Em decorrência, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer nº 22/98 e a Resolução nº 1/99 que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, para nortear a organização das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil. A CEB / CNE aprovou também o Parecer nº 4/2000 que dispõe sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. (2004, p. 6).

Já a oferta da Educação Infantil cabe aos municípios, mas não é posta como prioridade como a oferta do ensino fundamental, como consta no V inciso do 11º artigo. Aqui a Educação infantil é posta a parte, nos dando a sensação de pertencermos ao discurso “se der faz, se não der, tudo bem”.

Refletindo o que já consta na Constituição, a seção II do capítulo II aborda especificamente, a Educação Infantil no artigo 29 onde esta é apresentada como primeira etapa da educação básica.

A Educação Infantil passa a fazer parte, dizendo-se de uma forma mais direta, da estrutura e funcionamento da educação escolar brasileira. Isto quer dizer que a Educação Infantil deixou de estar prioritariamente no campo das escolas livres e passou ao âmbito das

escolas regulares (CURY, 1998, p.12).

No artigo 30 temos a divisão da Educação Infantil em creches e pré-escolas sendo que nas creches o atendimento educacional será oferecido às crianças de até três anos de idade e nas pré-escolas serão atendidas as crianças de quatro a seis anos de idade, possibilitando que o trabalho realizado com as crianças fosse oferecido de maneira diferenciada, compreendendo de forma específica cada fase da vida da criança. O artigo 31 define que a avaliação destinada às crianças da Educação infantil deve ser realizada mediante o acompanhamento e o registro do seu desenvolvimento, neste caso será levado em consideração os avanços das suas capacidades motoras e cognitivas. Esta avaliação realizar-se-á sem o objetivo de promover a criança para uma série subsequente, pois ao completar 6 anos de idade esta tem o direito de ser matriculada no ensino fundamental, independentemente da avaliação realizada durante o tempo que frequentou a Educação Infantil.

Consideramos importante destacar que a educação especial, também adquiriu seu espaço na LDB, sendo configurada como um dever constitucional do Estado, devendo ser oferecida desde a Educação infantil, conforme o 3º parágrafo do artigo 58 do capítulo V, permitindo que as crianças com necessidades específicas desfrutem da educação inclusiva desde a Educação Infantil.

Em relação aos profissionais da educação, a LDB pronuncia no artigo 61 inciso I que serão considerados profissionais da educação básica, para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, profissionais habilitados em nível médio ou superior, sendo admitida para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, como consta no artigo 62.

Em suma, sobre a LDB Kramer (2006, p. 805) comenta que:

Incorporando as orientações da Constituição de 1988, o MEC (Brasil, 1994) publicou diretrizes para nortear a política de educação infantil sintetizadas em princípios que conceituam a educação infantil como primeira etapa da educação básica que integra creches e pré-escolas distintas apenas pela faixa etária, com ação complementar à família, integrando educação e cuidado. Os princípios enfatizam a ação

educativa por intermédio de especificidades do currículo, da formação do profissional, normatizam o acolhimento de crianças com deficiências e estabelecem como objetivos da política de educação infantil: expandir a cobertura, fortalecer a nova concepção e promover a melhoria da qualidade.

Sabemos que as conquistas abordadas neste capítulo fazem a Educação Infantil ganhar um reconhecimento jamais visto em toda história da educação brasileira, todavia é preciso manter os pés no chão e ter em mente que a realidade da Educação Infantil hoje não vai mudar apenas por que as melhorias que necessitamos estão amparadas por lei. Sabemos que um grande abismo há tempos separa teoria e prática. E, esse abismo é bem maior no ramo legislativo. Infelizmente as leis que são criadas em benefício da população, como ouvimos em discursos políticos, em sua maioria não são postos em prática em curto, médio e as muitas vezes nem a longo prazo.

Por isso, nos perguntamos: Por quanto tempo ainda esperaremos por uma Educação Infantil de qualidade? Quando tudo isso que ouvimos e lemos nas leis e que nos fazem sonhar vão acontecer? Portanto, o principal desafio da Educação Infantil atualmente é a concretização do que em lei foi firmado. Para isto contamos atualmente com o Observatório do PNE: um site criado para que a sociedade acompanhar as medidas que estão sendo tomadas no sentido de cumprir o que fora colocado como estratégia para atingir as metas do Plano Nacional da Educação. Mais detalhes no próximo capítulo.

3 PNE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL HOJE

Em 9 de janeiro de 2001, foi instituído o primeiro PNE- Lei nº 10.172 que vigorou até 2010, sendo substituído pelo novo PNE- Lei nº 13.005/2014 que se configura como um instrumento de planejamento, com objetivos e metas para o ensino em todos os níveis: infantil, básico e superior que deverão ser alcançados num prazo de 10 anos, de 2014 a 2024. Em relação à Educação Infantil o PNE expõe a seguinte meta:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE n(BRASIL 2014, p.49).

A meta do PNE em relação à Educação Infantil é disseminar a Educação Infantil, o que significa dizer que em toda localidade, seja ela rural ou urbana deverá contar com o atendimento para crianças entre quatro e cinco de idade na pré-escola e isto até o final deste ano (2016). Já para as crianças com idade até três anos o PNE visa atender até 2024, no mínimo cinquenta por cento do total desta população em creches. Para cumprir esta árdua tarefa foram elaboradas 17 estratégias, com o intuito de tornar realidade este objetivo.

A Educação Infantil hoje caminha em busca de qualidades. Qualidade de atendimento, qualidade de profissionais, qualidade de infra-estrutura, entre outros. Reconhecemos que já tivemos grandes conquistas, como vimos no capítulo anterior, entretanto a luta que iniciamos ainda está longe de acabar. A partir da leitura das leis que até aqui abordamos temos a percepção de que o principal desafio que temos é ver a realização de tudo que está contido nessas leis. Nesse sentido, acompanharemos agora a caminhada teoria-prática, conhecendo cada estratégia que o PNE designou para alcançar a meta de universalização da Educação Infantil com base nos dados que constam no Observatório do PNE.

O Observatório do PNE, ele é uma plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias, e

oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos de vigência do Plano. A idéia é que a ferramenta possa apoiar gestores públicos, educadores e pesquisadores, mas especialmente ser um instrumento à disposição da sociedade para que qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas.

Consta no site do Observatório do PNE que este é uma iniciativa de vinte e duas organizações ligadas à Educação especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino que, juntas, vão realizar o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE. São elas: Associação Nova Escola, Capes, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Fundação Santillana, Fundação Victor Civita, Instituto Avisa Lá, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco, Ipea, Mais Diferenças, SBPC, Todos Pela Educação, UNESCO e Unicef. O desenvolvimento da plataforma contou com o apoio do BID.

O site finaliza a apresentação do Observatório expondo que esta sob coordenação do Todos Pela Educação e que o Observatório do PNE reúne análises e indicadores das metas e estratégias previstas no Plano e um extenso acervo de estudos, pesquisas e notícias relacionados aos temas educacionais por ele contemplados. Além disso, o leitor também terá acesso a informações sobre programas e políticas públicas já em vigor para cada etapa da Educação.

A primeira estratégia tem como objetivo a expansão das redes públicas de Educação Infantil tendo em vista o padrão nacional de qualidade e as particularidades de cada localidade e para isso prevê uma parceria entre União, estados, Distrito Federal e municípios, atingindo igualmente as comunidades indígenas, do campo e quilombolas.

Esta estratégia encontra-se em andamento, contudo seu contexto revela que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, até 2024 a população de 0 a 3 anos será de 10.525.348 crianças, necessitando assim de 4.615.733 vagas em creches, sendo mister também a ampliação de creches que em média atendem 50 crianças passando a atender 100 crianças.

Desta feita faz-se necessário a construção de cerca de 17.000 novas unidades. Em relação à pré-escola o IBGE projetou para este ano uma população com 4 e 5 anos de cerca de 6.004.025, sendo que em 2014 4.064.015 crianças estavam matriculadas, deixando desta maneira uma diferença de 1.940.010 crianças que este ano ainda aguardam por vagas na pré-escola. Nesse sentido admiti-se que esta estratégia está muito distante de se tornar realidade.

O PNE busca ainda, através da segunda estratégia, reduzir a desigualdade que existe entre a frequência das crianças até três anos pertencentes ao quinto de renda familiar per capita mais elevado e a frequência das crianças até três anos pertencentes ao quinto de renda familiar per capita mais baixo. Nesse sentido o PNE pretende reduzir esta diferença que atualmente é de 28,5%, segundo dados do IBGE, para 10%. Sônia Kramer (2006, p. 811) sobre a desigualdade, afirma que:

Em países como o nosso, onde a desigualdade e a injustiça social são constitutivas da história e do cotidiano, conquistas resultam de muito trabalho realizado e – para que não se reduzam à letra morta – indicam sempre que há muito trabalho por fazer.

Nesse panorama combater a desigualdade requer muito esforço, pois a percebemos em todos os setores da sociedade, bem como na Educação e mais especificamente na Educação Infantil no que se refere ao acesso das crianças a este tipo de atendimento. No Observatório do PNE não consta se esta meta está em andamento ou se ainda não foi realizada.

A estratégia de número três, que tem como objetivo fazer um levantamento da demanda populacional das crianças até três anos de idade visando a partir deste, planejar a oferta e verificar o atendimento das crianças nas creches. Segundo informações do Observatório do PNE, ainda não há nenhuma ação de nível nacional, sobretudo é sabido que os municípios já têm incorporado esta idéia em seus respectivos Planos Municipais, como é o caso do estado do Rio Grande do Sul.

A informação que encontramos no site diz que esta é uma estratégia não realizada, assim como a estratégia de número quatro que diz respeito à consulta pública por demanda que deveria ter sido implantada no primeiro ano de vigência do PNE, mas até presente momento não tem nem previsão legal

de quando seria feito esse levantamento que possibilitaria estabelecer as normas, procedimentos e prazos para definir os mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.

A quinta estratégia está pautada sobre a necessidade de manter e ampliar a rede física de Educação Infantil no Brasil está em andamento, mas em velocidade insuficiente, pois quem tem dado atendimento a esta estratégia é o Programa Proinfância que atende apenas 30% da demanda estimada. O Programa registra que de 2011 a 2015 que foram 1.139 creches concluídas e 1.884 em execução; em fase preparatória de projeto estão 1.542, 103 em contratação, 306 em licitação e 710 em reformulação. Da pra perceber como esses números estão distantes do que de fato necessitam nossas crianças. Os Parâmetros Nacionais da Educação Infantil (2006, p.42, 43), quanto à infraestrutura dessas instituições esclarece que:

- 15.1 são construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego das crianças matriculadas;
- 15.2 adequam-se ao uso por crianças com necessidades especiais, conforme a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000);
- 15.3 propiciam as interações entre as crianças e entre elas e os adultos;
- 15.4 instigam, provocam, desafiam a curiosidade, a imaginação e a aprendizagem das crianças;
- 15.5 são disponibilizados para o uso ativo e cotidiano das crianças;
- 15.6 Professoras e professores das instituições de Educação Infantil responsabilizam-se pelo uso adequado dos equipamentos e dos materiais pelas crianças e pela conservação destes.
- 15.7 As paredes são usadas para expor as produções das próprias crianças ou quadros, fotos, desenhos relacionados às atividades realizadas visando a ampliar o universo de suas experiências e conhecimentos.
- 15.8 As cores e as tonalidades de paredes e mobílias são escolhidas para tornar o ambiente interno e externo das instituições de Educação Infantil mais bonito, instigante e aconchegante.
- 15.9 O mobiliário, os materiais e os equipamentos são organizados para tornar os diferentes espaços da instituição de Educação Infantil mais aconchegantes e confortáveis.
- 15.10 Os materiais didáticos-pedagógicos, bem como os equipamentos e os brinquedos, são escolhidos com o intuito de não trazer problemas de saúde às crianças.

Conforme o texto, a estrutura física de uma creche ou pré-escola é de suma importância bem como melhoria dos espaços existentes e obtenção de equipamentos necessários ao funcionamento da instituição. É triste ver a

precária situação de instituições que recebem as crianças de 0 a 5 anos de idade sem nenhum preparo estrutural, sem acessibilidade, sem brinquedos, sem cor. Como crianças que freqüentam esses espaços terão uma educação instigante e que amplie seus conhecimentos? Há muitos ambientes de Educação Infantil que aguardam reformas, outras aguardam sua construção. O pior é que pelo andar desta estratégia terão que esperar muito mais.

Entre as estratégias do PNE consta que a cada dois anos se pretende realizar uma avaliação que deverá ser implantada até o segundo ano de vigência do PNE, com o objetivo de analisar a estrutura física de cada instituição bem como o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores que forem relevantes para a avaliação. Conforme notícias divulgadas na internet o INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira já tem dado início esta avaliação, resta saber de que forma o INEP articulará as informações já existentes, nos “Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil” divulgado pela Secretaria de Educação Básica em 2006 e nos “Indicadores de Qualidades da Educação Infantil”, em 2009 que possuem os aspectos que deverão ser considerados na avaliação.

Outra estratégia do PNE propõe a formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil, bem como realizar um levantamento a cerca do grau de formação dos professores que já atuam na área, garantindo, progressivamente, que todos os profissionais adquiram formação superior.

A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior (KRAMER 2006, p.804).

A necessidade de formação continuada nasce do fato de muitos professores da Educação Infantil, principalmente, da rede pública de ensino exercer a profissão com uma formação que não dá o suporte necessário para o exercício da profissão, como é o caso da formação em nível fundamental e médio. Sônia Kramer comenta que esta ação é desafiadora, pois exige uma

série de medidas que devem ser tomadas com a parceria da esfera municipal, estadual e federal. Atualmente cerca de 60% dos professores já possuem formação em nível superior, segundo divulgação do MEC/Inep/DEED/Censo Escolar em 2013.

Campos, Fülgraf e Wiggers (2006, p. 101) ponderam que “Um dos principais critérios de qualidade utilizados internacionalmente para avaliar a qualidade de escolas em qualquer nível de ensino é o tipo de formação prévia e em serviço dos professores ou educadores que trabalham diretamente com os alunos”, afirmando, desse modo que a formação continuada de professores está diretamente ligada com a qualidade do ensino que será oferecido as crianças. Pois não podemos colocar nossas crianças frente a um professor totalmente despreparado. Ao fazermos isso estamos afirmando que o que a criança vai aprender nos primeiros anos de sua vida não importam, não tem fruto algum. O professor da Educação Infantil tem uma importante missão em suas mãos e para cumpri-la com êxito precisa está bem preparado.

O Plano Nacional da Educação almeja ainda obter o número de centros de pesquisas e pós-graduação voltados para a Educação Infantil e que ofertam concomitantemente cursos de formação de profissionais da educação. Segundo a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior-Capes e CNPq há pelo menos 178 grupos de pesquisa em todo país, todavia não há programas que os estimulem. Segundo Campos, Fülgraf e Wiggers (2006, p.95):

Ao longo da última década, a produção de pesquisa e estudos sobre educação infantil cresceu significativamente no país. Essa produção é divulgada principalmente em eventos acadêmicos e revistas de educação. Muitas vezes resultando de trabalhos realizados no âmbito dos programas de mestrado e doutorado das universidades, outras vezes partindo de iniciativas de Secretarias de Educação ou de organizações não governamentais – ONGs –, que encomendam diagnósticos sobre o atendimento em seus municípios, em seu conjunto esses trabalhos já fornecem dados significativos sobre a qualidade da educação infantil em diversos contextos e sob diferentes aspectos.

Neste contexto, percebemos que há uma vasta produção de pesquisas que vem sendo produzidas e divulgadas a respeito da Educação Infantil possibilitando a esta estratégia uma alta probabilidade de cumprir o seu

objetivo que entre outras coisas, prevê utilizar as pesquisas ligadas aos processos de ensino e aprendizagem, e teorias educacionais de Educação Infantil como forma de melhorar o atendimento das crianças de 0 a 5 anos. Esta estratégia, conforme nos mostra o Observatório ainda não foi realizada, pois não existe ainda um programa nacional específico que a fomente.

Merece ser mencionado ainda que, o PNE propõe priorizar o Atendimento Educacional Especializado- AEE complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial. A informação que consta no Observatório do PNE assinala a ausência de um indicador principal, portanto trata-se de uma tática que ainda não foi averiguada com a finalidade de se ter em mãos os números que apontam para o que está proposto. O AEE é um tema muito discutido na atualidade, no entanto não podemos permanecer na base do discurso, pois enquanto este atendimento não é priorizado milhares de crianças que necessitam de um atendimento especializado ficam esperando para exercer o seu direito a educação, que é um direito de todos. Essas crianças desde cedo são discriminadas por grande parte da sociedade, portanto está nas mãos da educação oferecer um tratamento diferente, para que elas crianças desfrutem de seus direitos como cidadãos brasileiros.

Nesse cenário prevê ainda, ampliar a oferta de educação em tempo integral na Educação Infantil, que atualmente é ofertado a 28,8% das crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme dados do MEC/Inep/DEED/Censo Escolar em 2014. Para esta estratégia não há um percentual a ser atingido, todavia é sabido que muitas crianças precisam deste atendimento, para que seus pais possam trabalhar, pois muitos pais são obrigados a pagar alguém pra cuidar de seus filhos, mesmo sem ter esta condição financeira. Esta estratégia é monitorada pelo aumento da porcentagem de matrícula na Educação Infantil que são em tempo integral. Obviamente esta porcentagem só poderá aumentar, a partir do momento que houver a oferta deste tipo de atendimento, que depende da ação imprescindível de nossos governantes no financiamento da educação em tempo integral.

Para o desenvolvimento integral da criança o papel da família é indispensável. Nesse sentido o PNE visa implementar em caráter

complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da Educação, saúde e assistência social. Hadad (1997, apud CAMPOS, FÜLGRAF, WIGGERS, 2006, p.118) afirma que “O campo educacional tem dificuldade de lidar com as necessidades da família e da comunidade e ainda vê com restrições um serviço que também precisa atender a essas demandas”. Esta afirmação é bem real e faz desta estratégia um considerável desafio, visto que esta relação da escola com a família e a comunidade há muito tempo permanece distante. O entrosamento da creche e pré-escola, com a família das crianças e com a comunidade em geral precisa receber certa atenção, pois a creche e a pré-escola não são lugares à parte da comunidade, elas fazem parte da comunidade e a comunidade o lugar onde vivem as famílias das crianças.

Outra ação do PNE é a busca ativa de crianças até três anos em parceria com órgãos públicos de assistência social, proteção à infância, preservando o direito de opção da família às crianças de até três anos de idade. Estas duas ações, bem como o levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creche e pré-escola ainda não foram realizadas, pois ainda não há uma metodologia definida para levantamento, consulta pública e busca ativa na fase da Educação Infantil, o que impossibilita a publicação periódica da demanda manifesta, conforme consta no Observatório do PNE.

O monitoramento do acesso e permanência na Educação Infantil, também faz parte das estratégias do PNE. Segundo o Observatório esta estratégia está em andamento, sendo que o Programa Bolsa Família e o Benefício de Educação Continuada são os executores desta ação. Todavia o trabalho realizado por estes não permite um acompanhamento sistemático e rápido da frequência das crianças. O Observatório manifesta a necessidade de um aperfeiçoamento que torne este monitoramento mais eficaz na localização de estudantes, sua identificação e o diagnóstico das causas que promovem os problemas de evasão, tendo em vista a uma parceria com suas famílias, órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, afim de que esta tarefa seja realizada com êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada acerca da Educação Infantil nos permitiu responder as questões que nos desafiavam. A resposta à pergunta “Qual o princípio da Educação Infantil no Brasil e no mundo?” nos remeteu a uma educação que era desempenhada no interior dos lares, pelas mães, mas que precisou ser alterada em virtude da oportunidade e da necessidade da mãe de família adentrar no mercado de trabalho. Agora pai e mãe precisavam trabalhar, mas não tinham com quem deixar seus filhos, e mesmo encontrando um lugar para deixá-los não tinham a certeza de que seriam bem cuidados e nem como saber o que seria ensinado a eles, o que comprometia a educação das crianças.

Este período da história reflete o descaso por parte dos governantes do nosso país e das demais localidades citadas no trabalho. É notório que havia uma falta de preocupação em oferecer cuidados às crianças, em oferecer educação. Nesse cenário de abandono governamental, a sociedade se organizou como pôde para tentar sanar estas dificuldades, mas as tentativas não foram suficientes para resolver o problema, por isso houveram muitas reivindicações dos direitos do cidadão que se estabeleceram através de grupos sociais organizados com o objetivo de trazer o devido reconhecimento a Educação Infantil. Isso nos anima, pois transmite uma mensagem valiosa, a união. A sociedade se organizou e uniu e conseguiu alcançar seus ideais. O reflexo dessas ações é visto na criação das leis que foram expostas.

Em resposta à nossa segunda questão da pesquisa a respeito das conquistas da Educação Infantil durante sua caminhada, frisamos que as lutas travadas não foram em vão, pois resultaram em conquistas muito significativas, como a Constituição Federal de 1988 que foi a precursora para a criação de outras leis mais específicas no que diz respeito à proteção e a educação das crianças como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse sentido o ECA trouxe consideráveis contribuições para a infância, pois evidenciou a necessidade da criança e do adolescente em ser cuidados, protegidos, em receber com qualidade tratamentos adequados que os compreendam em sua totalidade. Expõe também que a criança e o adolescente desfrutem de direitos e de deveres como qualquer outro cidadão brasileiro, no exercício de sua cidadania. Por conseguinte, a LDB vem tratar de modo específico da educação em todos seus níveis e modalidades, perpassando pela Educação infantil que recebeu tratamento igual ao do ensino

fundamental, médio e superior dispendo de capítulo próprio. Na LDB a Educação infantil recebeu nome, teve voz, foi posta como uma complementação da ação educadora da família e não substituta desta ação, o que nos remete ao início da história, onde a educação das crianças era exercida exclusivamente pelas famílias. Dividiu as responsabilidades com a Educação infantil entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como fez a divisão da Educação infantil em creches e pré-escolas e viabilizou o acesso das crianças com necessidades específicas a esses estabelecimentos. A LDB destacou a importância da preparação profissional dos professores de Educação Infantil, assegurando uma formação mínima para o exercício da profissão encorajando muitos professores à educação continuada, sinalizando uma preocupação com a qualidade do ensino transmitido às crianças.

Contudo, esta pesquisa nos revela que apesar de tantas conquistas ainda enfrentamos muitas dificuldades na Educação Infantil em virtude da não execução de tudo que foi colocado na legislação. Lidamos como uma organização governamental que parece dificultar esse processo de execução. Dentre as 17 estratégias elaboradas para o cumprimento da meta do PNE para a Educação infantil, apenas 8 estão de fato em andamento e isso é extremamente preocupante, pois grande parte do que consta no novo PNE foi retirado do antigo PNE. Desta feita, são ações que vem sendo pensadas há tempos. Isso mesmo, pensadas, mas não efetuadas. Se continuar desse jeito, chegaremos a 2024 com a frustração de não ter conseguido alcançar a meta de universalização da Educação Infantil na pré-escola e a ampliação da oferta em creches.

Portanto, os resultados desta pesquisa bibliográfica ultimam que não podemos ignorar os grandes avanços da Educação Infantil, que hoje vive um tempo de reconhecimento, muitas pesquisas são realizadas sobre ela, muitas ações são pensadas para o melhoramento dela. Aquela que no Brasil de ontem nem nome tinha, hoje dispõe de uma série de leis e ações específicas ao seu bom andamento. E isso é bom, muito bom. Essas conquistas nos impulsionam a seguir adiante, tendo em mente que a cada passo que damos novos desafios surgem e isso será uma constante, em virtude das mudanças que vivem ocorrendo na sociedade.

Acreditamos que esta pesquisa oferece uma significativa contribuição para a área de Pedagogia, pois apresenta a Educação Infantil a partir de suas bases, fazendo-nos refletir a cerca de sua construção e sobre os diversos aspectos que compreendem este atendimento oferecido ontem e hoje na sociedade brasileira. Acreditamos que esta pesquisa pode também contribuir com a sociedade, pois possibilita aos pedagogos assim como aos demais integrantes da sociedade, conhecer esta etapa da educação básica a partir de seu contexto histórico, viabilizando uma clara compreensão do assunto.

Durante o longo caminho da pesquisa, percebemos que a Educação Infantil possui ainda outras problemáticas que precisam ser pesquisadas, analisadas e discutidas. Como a questão do atendimento nas creches oferecido aos bebês, que até então não tem recebido a atenção devida. Certamente este tipo de pesquisa dará um pouco de trabalho, visto que ainda não dispomos de uma vasta bibliografia a respeito do assunto. Mas fica a dica.

Em suma, cremos que a sociedade precisa de profissionais da educação que atuem de maneira responsável, cientes da área na qual estão inseridos. Profissionais que busquem transformar a realidade em que vivem e que incentive outros a fazer parte desta transformação. Não podemos deixar que a história estagne no tempo, que tudo continue como está. Sempre podemos fazer algo a mais pela Educação Infantil. Como educadores a postura que adotamos diante da sociedade faz toda diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. **Educação Infantil no Brasil: legislação, matrículas, financiamento e desafio**. Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia. 2004.

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação**. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 12 de novembro de 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. Ed. 35, Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 454 p. Série textos básicos; n. 67. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**, v. 2, Brasília. 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**, v. 2, Brasília.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128. 2006.

CAMPOS, Marise. **Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil**. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005. 72 p. Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância. Cadernos Pedagógicos. 2005.

CRAIDY, Carmem Maria; SILVA, Gladis Elise; da. **Educação Infantil: pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, p. 13-22. 2001.

CARVALHO, Denise Maria de. CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. **Educação Infantil: história, contemporaneidade e formação de professores**.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Revista Educação e Sociedade**, v. 20, nº 69, p. 60-91. 1999.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental.** Educ. Soc. Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 11/05/2016.

KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. **Revista Textos do Brasil**, Brasília. 2006.

KUHLMANN Junior, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14. 2000.

KUHLMANN Júnior, Moysés. **Idéias sobre a educação da infância no 1º Congresso Brasileiro de proteção à infância.** Rio de Janeiro, 1922.

MELHUIISH, Edward. **Efeitos de longo prazo da Educação Infantil: evidências e política.** Tradução Moysés Kuhlmann Jr. Cadernos de Pesquisa, v.43, n. 148, p.124-149. 2013.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.2, n.33, p.78-95.2009.

PNE, Observatório do. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

RUIZ, Jucilene de Souza. **O surgimento da creche: uma construção social e histórica.** In: V ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 11, 12, 13 e 14 de Abril, UFSC, Florianópolis, SC – Brasil. 2011.

WAJSKOP, Gisela. **O Brincar na Educação Infantil.** Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 2, p. 62- 69. 1995.